

# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 07 de outubro de 1999

Ano 1 Nº 09

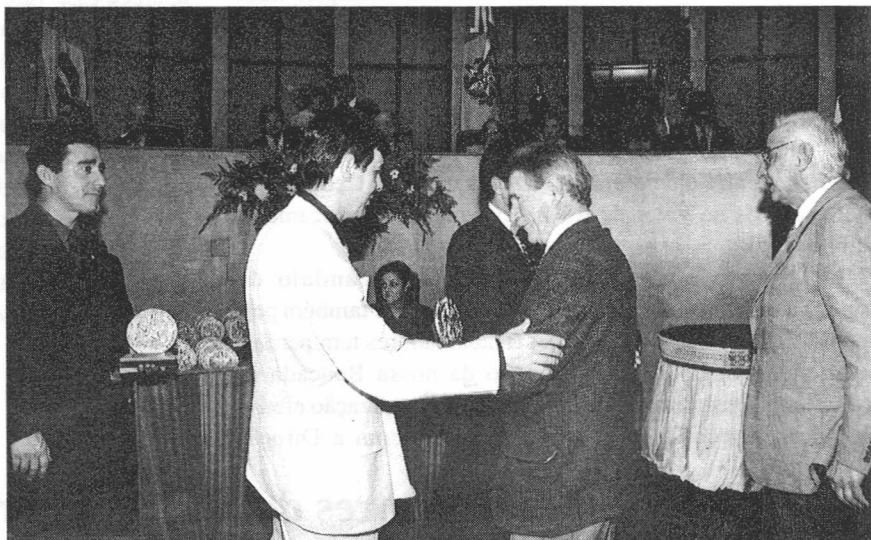
## Sessão Solene resgata história do Legislativo

No décimo aniversário da promulgação da Constituição Estadual - 5 de outubro - a Assembléia Legislativa promoveu Sessão Solene homenageando deputados de 13 Legislaturas, com entrega de troféus e, aos ex-presidentes, uma placa nominal. Entre as autoridades civis e militares que fizeram parte da Mesa, destacou-se a presença do governador do Estado, Esperidião Amin. Representando os 40 parlamentares da atual Legislatura, o deputado Ivan Ranzolin (PPB) ressaltou o resgate da história através de documentos, moções, livros e coletânea de leis, além da valorização de políticos das diversas regiões do Estado.

Na ocasião foram homenageados cerca de 400 parlamentares, dos quais 170 estiveram presentes à cerimônia, destacando-se o deputado Antônio de Barros Lemos, atualmente com 93 anos e que participou da primeira Legislatura em 1947, imediatamente após a promulgação da Constituição de 1946.

### Honra

Ao expressar a satisfação e honra de estar presidindo a Sessão Solene, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel disse que a homenagem foi a forma de manifestar a gratidão aos homens públicos que, no passado, "assentaram os alicerces deste estado democrático e de liberdades públicas". Knaesel destacou que como forma de partilhar com toda a sociedade catarinense a riqueza da experiência humana vivida na Assembléia, todos os deputados presentes à homenagem gravassem depoimento para ser juntado ao acervo do Centro da Memória do



Deputados Buzatto e Roberto Mattar recebem homenagem

Legislativo. O presidente aproveitou a oportunidade para lembrar de seu pai, o ex-deputado Ralf Knaesel que, segundo Gilmar, foi o responsável por despertar seu gosto pela atividade política e a vontade de dedicar a vida às causas da sociedade.

### Homenageados

Em nome dos ex-presidentes e como governador responsável pela construção da sede do Legislativo, Ivo Silveira revelou seu amor ao Parlamento afirmando que "muito aprendi no Plenário da Assembléia para poder governar o Estado". Já o governador Esperidião Amin parabenizou pela iniciativa, ressaltando que a construção da democracia de um povo passa pelo seu Parlamento.

A deputada federal Luci Choinaski (PT) lembrou o sofrimento das agricultoras, não reconhecidas como trabalhadoras, assim como a participação das mulheres nas decisões do Poder e dos

movimentos sociais na Constituinte Estadual de 1989. Presidente do processo naquela época, Aloísio Piazza citou as constituições catarinenses desde 1891, passando pelas lutas pelo estado de direito democrático em 1970, através da Emenda Constitucional nº 1, até a acolhida de 4 mil sugestões e 22 emendas populares há 10 anos. O ex-deputado e ex-presidente, atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Gilson dos Santos falou de sua alegria por ter permanecido na Assembléia durante cinco Legislaturas consecutivas.

### Centro da Memória

Após a Sessão Solene, foi inaugurado o Centro da Memória do Legislativo, com lançamento de vídeo institucional e concurso literário, incluindo sessão de autógrafos de diversos autores catarinenses. Na ocasião, foi disponibilizado um banco de dados via Internet.

Página 3

**Orçamento Regionalizado no Oeste**

Página 4

**Continuam depoimentos na CPI do BESC**

Página 5

**Audiência Pública debate Prodec na Assembléia**

Página 8

## OPINIÃO

**BESC: o povo é quem vai pagar a conta**

Em menos de um ano de administração, o governador Esperidião Amin mostrou que veio com muita sede ao pote e totalmente curvado à política entreguista do patrimônio público desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso a mando do Fundo Monetário Internacional. Um dos exemplos mais gritantes, até agora, foi a federalização do BESC. Somente nesse episódio já podemos ter idéia das intenções deste

Governo que, embora tenha anunciado que o “rombo” do banco seria em torno de R\$ 800 milhões, assinou um contrato de empréstimo com o Banco Central para captar recursos no valor de R\$ 2,129 bilhões – praticamente triplicou o valor.

É justamente por ter consciência do escândalo do comportamento do Governo nesse caso do Besc, e também pela responsabilidade que o Partido dos Trabalhadores tem perante a sociedade catarinense, que a ação da nossa Bancada na Assembléia Legislativa tem priorizado uma fiscalização efetiva da ação do Executivo. Esta semana, junto com a Direção

Estadual do PT, a Bancada Estadual protocolou no Tribunal de Justiça uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra dois dispositivos da lei – aprovada sem os votos do PT – que permitiu a federalização do Banco do Estado de Santa Catarina. Um dos dispositivos refere-se à autorização ao Governo para contratar a operação de crédito para “sanear” o BESC, sem especificar o valor do “saneamento”, e agora aparece esse valor absurdo de mais de dois bilhões.

Em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o BESC, o secretário estadual da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, admitiu que o empréstimo é para facilitar a privatização do banco. Os catarinenses vão pagar, nas próximas gerações, um empréstimo que não vai reverter em benefício para a população. Na realidade, esses mais de dois bilhões vão facilitar a vida de quem comprar a instituição, pois terão o banco super capitalizado, com dinheiro em caixa para pagar tudo. É a lógica neoliberal de FHC e do Amin: entregar o patrimônio público a preço de banana e o povo paga a conta.

*Deputada Ideli Salvatti (PT)*

**Madeiras e fumicultores de Santa Catarina ficam no prejuízo**

Através do Decreto - Lei Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, ficaram proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária nos estágios avançados e médio de regeneração da Mata Atlântica.

Sendo assim, a Fatma e o Ibama resolveram constituir um acordo com os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul chamado de “Plano de Manejo Sustentado”, através do qual as

madeireiras e os pequenos agricultores/fumicultores realizariam de uma maneira ordenada e fiscalizada os cortes de madeira.

Através de uma liminar do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, o estado de Santa Catarina fica proibido de realizar corte de madeira.

O interessante é que nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul o acordo do Ibama/Fatma permanece.

O deputado Sandro Tarzan(PTB), em defesa dos direitos dos

pequenos agricultores e fumicultores, das madeireiras e de Santa Catarina, reuniu-se com o Ibama, com representantes de sindicatos e associações desta classe solicitando, através de requerimento à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a criação de uma CPE (Comissão Parlamentar Externa), composta de 9 membros (possibilitando a participação de todos os partidos).

Preocupamo-nos com o enorme prejuízo que têm as madeireiras e os agricultores que dependem da extração de madeira para benfeitorias em suas propriedades, não esquecendo do fumicultor, que precisa da mesma madeira para manter suas estufas por determinado tempo acesas para a produção de fumo.

“Não queremos denegrir a natureza, propomo-nos a respeitar a lei, mas temos de explorar para gerar renda e emprego para nossa gente, minimizando o problema social em que vive o Estado”, afirmou o deputado.

*Deputado Sandro Tarzan(PTB)*

**Mesa Diretora:**

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)  
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)  
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)  
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)  
3º Secretário: Afonso Spaniol (PDT)  
4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)  
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC  
E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

**Divisão de Imprensa:**

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz  
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974  
Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi  
Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler  
Rubens Vargas  
Fotografia: Jonas Lemos Campos,  
Maria do Carmo Kravchychyn,  
Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves  
Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa  
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

## MESA

## Homenagem a deputado da 1ª Legislatura



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Deputado Heitor Sché (PFL), 1º vice-presidente da Assembléia faz entrega de troféu, em Sessão Solene de homenagem aos parlamentares, ao médico pediatra e obstetra Antônio de Barros Lemos, eleito deputado estadual constituinte pela UDN, para a 1ª Legislatura, em 1947 e reeleito em 1951.

Barros Lemos nasceu em 1906, em Ourofino (MG) e formou-se em medicina no Rio de Janeiro. Em 1934, mudou-se para Santa Catarina, passando a clinicar em Timbó e, posteriormente, fixou residência no Sul do Estado, município em Araranguá, onde ainda vive.

Casado com a catarinense Ada Maciel Régis Lemos é pai de quatro filhos e foi o parlamentar mais idoso, com 93 anos, presente à cerimônia.

## Assembléia inaugura Centro da Memória

*Colocar à disposição da população a história do Poder Legislativo. Este é o principal objetivo do presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel, ao inaugurar o Centro da Memória do Legislativo.*

Um grande evento marcou a inauguração do Centro da Memória do Legislativo, com lançamento de vídeo institucional e do Concurso Literário "Prêmio Assembléia Legislativa de Literatura", abertura da Mostra Iconográfica e Documental "Resgate da História do Legislativo", além de sessão de autógrafos de diversos autores sobre personalidades da política catarinense do século XX.

Para o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB) "a inauguração do Centro da Memória juntamente com o Centro de Informações traça um novo paradigma, deslocando a informação do âmbito de quem a produz, para o usuário, interno e externo, aproximando mais a sociedade da atividade do Legislativo".

O Centro dispõe de documentos desde o período provincial até a proclamação da República. Além da Constituição escrita em 1891, reconstituída pelos funcionários no laboratório da Casa, reunirá também as últimas Constituições do Estado com fotos e documentos que marcaram a história do Legislativo Catarinense. Estarão disponíveis também exemplares do Diário Oficial desde 1934 e Legislação Estadual dos



(foto Jonas Lemos Campos)

Momento inaugural do Centro da Memória

últimos dez anos, incluindo leis ordinárias e complementares promulgadas. Todo o acervo histórico estará à disposição, devidamente recuperado, à comunidade.

Foram exibidos, na oportunidade, os filmes "Santa Catarina - 100 Anos de História", da RBS/TV, e de "Desterro", Novembrada" e "PSW", sobre a vida do deputado estadual Paulo Stuart Wright, todos do cineasta Eduardo Paredes.

### História na Internet

Foi lançado mais um serviço de ponta nas áreas de comunicação e pesquisa. Os dez últimos anos de atividades da Assembléia estarão relatados com precisão na Internet. Cada lei, suas emendas e outras medidas relacionadas a estas estarão acessíveis na rede. O objetivo é formar banco de dados contendo todas estas informações desde a primeira legislatura.

## COMISSÕES

## Debate do PPA inicia no Orçamento Regionalizado

**A**s Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado em Chapecó e Pinheiro Preto, realizadas nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, respectivamente, marcaram o início das discussões sobre o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do governo do Estado, período 2000-2003. Lideranças políticas de 43 municípios da região Oeste e de outros 35 do Vale do Rio do Peixe encaminharam solicitações de obras e melhorias, nos mais diversos setores, à Comissão do OR, presidida pelo deputado João Rosa (PTB), que também está à frente da Comissão de Finanças. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), lembrou que a peça orçamentária para o próximo ano já tramita na Casa, sendo desejo de todos os parlamentares garantir, no mínimo, R\$ 30 milhões para aplicação no Orçamento Regionalizado.

O prefeito de Chapecó, José Fritsch (PT), declarou que os governos devem se acostumar com a idéia de



Deputados e prefeitos discutem orçamento em Chapecó

(fotos Jonas Lemos Campos)

que a população é quem decide como os recursos públicos serão aplicados. Na reunião os deputados Milton Sander (PPB), Pedro Uczai (PT) e Gelson Sorgato (PMDB) demonstraram preocupação com a destinação de verbas do Plano de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) para o Oeste, que não está regionalizado. Não houve uma proposta de consenso entre os participantes, pois cada município encaminhou

um total de cinco reivindicações. Fritsch foi eleito titular do Conselho do Orçamento Regionalizado da região, enquanto o prefeito de São Miguel do Oeste, Gilmar Baldissera (PPB), ficou como suplente.

### Pinheiro Preto

Já o prefeito de Pinheiro Preto, Nelson Denardi (PMDB), criticou a penúria enfrentada pelas administrações municipais, responsáveis pela saúde, educação e agricultura. O deputado Neodi Saretta (PT) conclamou os presentes a pressionar as autoridades pela garantia do orçamento regionalizado, enquanto o deputado Moacir Sompela (PMDB) destacou o processo e atestou que Concórdia foi atendida em alguns pleitos feitos nas audiências públicas. Para o

deputado tucano Jorginho Mello, a representação política é que garante verbas para a região. Denardi foi reconduzido ao cargo de titular do conselho, enquanto o secretário da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (Amauc), Roberto Pereira, assumiu a suplência.

### Planalto Serrano e Sul

Nesta quinta-feira 7 os trabalhos prosseguem na sede da Associação Comercial e Industrial de Lages, cuja região apontou como prioridades a ampliação do Aeroporto de Curitiba e a pavimentação do segmento da SC - 458, ligando Campo Belo do Sul a Anita Garibaldi.

Dia 8 o Sul do Estado mobiliza-se para solicitar obras e investimentos em Criciúma, no Salão Ouro Negro da Prefeitura Municipal. A Rodovia Interpraias foi apontada como prioridade regional, além da destinação de recursos para recuperação ambiental.



Prefeito Denardi reclama de dificuldades

## COMISSÕES

### Patrimônio líquido do Besc é divulgado em sessão secreta

O depoimento na CPI do BESC do secretário da Fazenda e presidente do Conselho de Administração do banco, Antonio Carlos Vieira durou mais de três horas, sob a presidência do deputado Onofre Agostini (PFL). A maior parte do tempo ele foi questionado sobre a federalização. Sobre o contrato de financiamento firmado entre a União e o Estado de Santa Catarina no último dia 30, que estabelece a compra e venda de ações do BESC, Vieira informou que a liberação de recursos que tem teto máximo de R\$ 2,1 bilhões só vai ocorrer após a aprovação pelo Senado Federal. “Não virá tudo de uma vez. Será de acordo com cronograma de desembolso definido pela Secretaria do Tesouro Nacional.” Ele acredita que a aprovação deverá ocorrer em fevereiro do ano que vem e que o BESC poderá ser vendido por R\$ 700 ou 800 milhões.

Atualmente o banco mantém cerca de 5 mil funcionários e somente para o Pro-

grama de Demissão Incentivada – PDI, o contrato vai destinar R\$ 428 milhões. Informações de técnicos da diretoria do BESC são que as demissões incentivadas poderiam atingir metade dos funcionários, mas Vieira disse que isso poderá não ocorrer. “É possível que os compradores do banco decidam manter o atual quadro funcional.”

Questionado pelo relator, deputado Ronaldo Benedet (PMDB), Vieira foi enfático e afirmou que o governo do Estado não vai fazer caixa com a venda do BESC e que os recursos gerados pelos ativos do banco adquiridos pelo Estado, inclusive os provenientes de sua alienação, serão destinados à amortização do saldo devedor do contrato de refinanciamento. Afirmou também que não houve contradição entre o primeiro depoimento dele e o do Presidente do banco, Victor Fontana referente ao redesconto. “O problema foi que eu afirmei que o BESC foi ao socorro do Banco Central e o presidente disse que o

banco não foi ao redesconto, porque na verdade isso não existe mais. Em nenhum momento afirmei que o banco foi ao redesconto e sim ao socorro do BC”.

Solicitado pelos deputados Herneus de Nadal (PMDB) e Ideli Salvatti (PT) para que divulgasse o atual patrimônio líquido do BESC, o Presidente do Conselho de Administração disse que somente divulgaria números numa sessão secreta, que foi realizada ao final do seu depoimento. Os números servirão de subsídio aos deputados no andamento da CPI.

#### Vontade política

Também prestou depoimento o ex-diretor de Operações do banco de 95 a 97, Sérgio Schwinden. Ele afirmou que a federalização só ocorreu “em função de uma vontade política do momento”. Ao contrário do que declarou anteriormente o ex-presidente do BESC nesse mesmo período, Fernando Ferreira de Mello, o depoente disse que os Créditos em Liquidação mantiveram-se estáveis dentro do risco de mercado, sem crescimento.

### Projeto institui o “Selo Verde Agrícola”

Buscando proporcionar aos consumidores e ao próprio comércio um certificado de garantia da origem do produto, o deputado Neodi Saretta (PT) apresentou projeto de lei que institui o “Selo Verde Agrícola” em Santa Catarina. “Esta iniciativa tem a intenção de contribuir para o processo de busca de qualidade, além do caráter econômico que refletirá consideravelmente na ampliação do mercado interno e externo dos produtos agrícolas cata-rinenses”, explicou o deputado petista.

Fica especificado no projeto, que está tramitando na Comissão de Justiça, que o Selo Verde Agrícola é o elemento identificador do processo participativo na credibilidade estabelecida entre o agricultor e o consumidor final, caracterizado por um timbre que certifica produtos agrícolas “in natura” e processados de agricultores que adotem o sistema orgânico de produção agropecuária. Segundo o texto apresentado, sistema orgânico de produção

agropecuária é todo aquele em que há utilização de tecnologias agrícolas adaptadas e locais, integradas à harmonia e à preservação da natureza. O objetivo é a minimização da dependência de energias não renováveis, a eliminação do uso de agrotóxicos e de outros insumos sintetizados artificialmente ou transgênicos, propiciando a preservação da saúde humana e ambiental, explica o autor.

O projeto também propõe que a concessão do Selo Verde seja feita por indicação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e homologado através da Comissão Permanente designada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. Poderão integrar essa Comissão Permanente os representantes de entidade civil ligada à defesa do consumidor, de organização não governamental ligada à defesa ambiental, de entidade associativa ligada à produção e consumo final de produtos orgânicos e técnico do quadro de pessoal da Secretaria da Agricultura.

**Contribuir para o processo de busca de qualidade alimentar, com eliminação do uso de agrotóxicos e preservação da saúde humana.**

### Deputada Odete é interlocutora dos Direitos Humanos

A deputada Odete de Jesus (PPB) foi escolhida por unanimidade pelos membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, para ser a interlocutora junto ao governo do Estado, no sentido de conseguir as indenizações para os ex-presos políticos do período da ditadura militar em Santa Catarina. O crédito especial no valor de R\$ 5,6 milhões, quantia estimada para indenizar 355 pessoas que foram presas ou torturadas nesse período, busca cumprimento da lei, aprovada pela Assembléia e sancionada pelo ex-governador Paulo Afonso Vieira.

A parlamentar também vai representar em Santa Catarina os 45 parlamentares que compõem a bancada evangélica no Congresso Nacional. Segundo ela, será uma via de duas mãos. Ao mesmo tempo em que terá um canal permanente com informações de Brasília, poderá buscar na bancada evangélica apoio aos pleitos catarinenses, esclareceu.

## PLENÁRIO

### Sorgato defende mudanças no SFH

A Assembléia Legislativa aprovou moção de apoio do deputado Gelson Sorgato (PMDB), ao Projeto de Lei nº. 254/99 em tramitação no Senado Federal, que propõe mudanças no cálculo do saldo devedor dos contratos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). "Hoje em dia, muitas famílias, com seu orçamento já por demais comprimido, têm sido obrigadas a assumir prestações cada vez maiores e mesmo assim, esses valores não são suficientes para diminuir o saldo devedor".

O parlamentar explica que em muitos casos, têm-se verificado situações nas quais multiplicado o valor das prestações pelo seu número, esse total pode atingir até dez vezes o valor do imóvel no mercado. "Essa situação está gerando um quadro extremamente perverso que tende a se agravar cada vez mais e irá resultar num desconforto na economia brasileira".

O projeto de lei, que atualmente encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, prevê que o reajuste do saldo devedor dos contratos habitacionais ocorrerá, no máximo, uma vez por ano, fixado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Porém, no caso de substituição do INPC por outro índice, este deverá refletir, do mesmo modo, a variação do poder aquisitivo da moeda.

Sorgato ressalta ainda que na atualização monetária de saldos devedores ou residuais, não será permitida a aplicação da Taxa Referencial (TR), via índice de poupança ou indexadores que a utilizem como parâmetro.

A moção aprovada será encaminhada ao presidente do Congresso e aos deputados e senadores da bancada catarinense.

### Cooperativas em perigo

Buscando evitar uma brutal elevação da carga tributária sobre as cooperativas, o deputado Joares Ponticelli (PPB) busca evitar que a MP 1.858-8 seja reeditada sem as alterações propostas. Da forma como está redigida a matéria, certamente irá determinar a inviabilização das cooperativas de todo o País, com graves conseqüências a todos os ramos do sistema, principalmente para aquelas vinculadas ao setor agropecuário.

Esta forma o parlamentar está solicitando ao Ministro Chefe da Casa Civil e ao Secretário Geral da Presidência da República, ao Ministro da Agricultura e ao Secretário Geral da Receita Federal, que na reedição desta medida provisória de 28 de agosto de 1999, os artigos 13,15 e 16 passem ter a seguinte redação: Art. 13 - X - A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB - e as Organizações Estaduais de Cooperativas previstas no art. 105 e seu parágrafo primeiro da Lei 5764, de 16.12.71.

Art. 15 - Serão excluídas da base de cálculo da Cofins as operações praticadas pelas sociedades cooperativas quanto aos atos cooperativos necessários à consecução de suas finalidades, previsto no art. 79, da Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971; Art. 16 - As Cooperativas contribuirão para o PIS/PASEP relativamente às operações praticadas com associados com o percentual de 1% sobre a folha de pagamento mensal e na forma do parágrafo 1º do art. 2º, da Lei 9.715/98, relativamente às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados.

Ponticelli justifica a proposição explicando que as cooperativas têm sido fiéis cumpridoras de suas obrigações fiscais, atuando como organismos de proteção aos menos favorecidos e, muitas vezes, substituindo o governo em atribuições de sua competência, como por exemplo a educação, assistência técnica e social, concessão de crédito entre outros aspectos.

### Projeto beneficia desempregados

O líder da Bancada do PT, deputado Francisco de Assis, apresentou projeto de lei que permite aos trabalhadores desempregados a suspensão do pagamento das tarifas de água, luz e esgoto.

O benefício é válido por seis meses e somente se aplica aos trabalhadores que comprovadamente não dispuserem de

qualquer remuneração por prazo superior a 90 (noventa) dias, a partir do término do último vínculo empregatício.

A suspensão do pagamento das tarifas fica limitada aos domicílios que não ultrapassem o consumo mensal mínimo estabelecido pelo órgão competente. Atualmente, a matéria se encontra na Comissão de Justiça.

### Livro de reclamações

De autoria do deputado Adelor Vieira (PFL) foi aprovado projeto de lei que institui livro destinado ao recebimento de reclamações, opiniões e sugestões, nos órgãos públicos estaduais, da administração direta e indireta. O livro deverá ser instalado em local visível e de fácil acesso, devidamente identificado, para ser utilizado pelos usuários dos serviços e pela população como um todo. Segundo o projeto, haverá designação de um servidor credenciado para o auxílio das anotações dos fatos se necessário e na orientação das pessoas interessadas em fazer uso do respectivo.

Se sancionado pelo Governador, os órgãos públicos deverão promover o devido encaminhamento das referências feitas e cientificar os cidadãos, que se identificarem no momento das exposições, sobre o manifestado e, se for o caso, das possíveis medidas adotadas.

### Revogada lei estadual da multa sobre o recibo vencido

Numa iniciativa do deputado Rogério Mendonça (PMDB), o plenário revogou dispositivo da lei que instituiu o imposto sobre a propriedade de veículos automotores, e que previa multa de 200 UFIR's para quem deixasse de fazer a transferência de veículos no prazo de 30 dias após a compra. A alteração trata-se do parágrafo único do art. 12, da Lei 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que vigorava com a redação dada pelo lei 10.058, de 29 de dezembro de 1995.

A medida foi necessária uma vez que o novo Código de Trânsito Brasileiro estabelece idêntica obrigação, mas com penalidade abrandada de 120 UFIR's, correspondentes a R\$ 115,00, contra os R\$ 300,00 previstos na lei estadual. Entendeu o deputado que deveria ser respeitado o princípio da hierarquia das leis, prevalecendo a lei federal e extinguindo a bitributação que se instalou com a aprovação do novo Código Brasileiro de Trânsito.

## Cupom Fiscal

O projeto que vai permitir a concessão de crédito presumido às empresas que possuem o equipamento de emissão de cupom fiscal, foi apresentado pelo deputado Luiz Herbst (PMDB). "Com essa medida poderemos incentivar a informatização dos estabelecimentos comerciais, agilizando a emissão da nota fiscal, ao mesmo tempo em que

estaremos proporcionando um incremento da arrecadação do ICMS e o impedimento da sonegação", justifica.

De acordo com o projeto, a concessão do crédito será restabelecida até 31 de dezembro deste ano na razão de 30%, conforme estabelecido no inciso III do artigo 17 do regulamento do ICMS.

## Nomeação de concursados

Atendendo a reivindicação da Associação dos Administradores Escolares de Santa Catarina, o deputado Neodi Saretta (PT) solicitou ao Governador do Estado que sejam feitas imediatamente as nomeações dos especialistas em assuntos educacionais aprovados no concurso/98. Diz que a nomeação é um direito conquistado pela aprovação no concurso; o serviço do especialista é uma necessidade premente nas

unidades escolares; os docentes que prestaram o concurso já estão em pleno exercício de suas atividades; as vagas escolhidas pelos aprovados foram determinadas pela Secretaria da Educação, em unidades escolares onde não havia profissional da área e que, professores de sala de aula estão exercendo funções que deveriam ser dos especialistas, ocorrendo a contratação de ACTs.

## Apoio aos produtores de Maracujá

Providências no sentido de incentivar e apoiar a formação de cooperativas entre agricultores e produtores de maracujá, nos municípios de Praia Grande, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Jacinto Machado, Turvo, Ermo, Araranguá e Maracajá, é o tema de proposição encaminhada ao governo do estado pelo deputado Altair Guidi (PPB).

Justificando sua proposta, o deputado lembra que os agricultores dos citados municípios são, na sua grande maioria, pequenos proprietários de terra e que, por serem minifúndios, não tem muito poder aquisitivo. Por sua vez, acrescenta o parlamentar, o solo da Região Sul, bem como o clima, são favoráveis ao

cultivo e a produção de maracujá.

Se for formada uma cooperativa, avalia Guidi, com certeza os atuais produtores serão favorecidos, ao mesmo tempo que servirá de estímulo a que outros também passem a dedicar-se a essa cultura. "Na verdade, o grande problema para uma maior produtividade e consumo, é a falta de espaço para o armazenamento do produto, uma câmara fria para o resfriamento", observa o Deputado, acrescentando que, com a formação da cooperativa talvez surja até uma nova indústria de sucos, onde o agricultor aumentará a sua renda. Por consequência, o Estado arrecadaria mais impostos.

## Proposições

**Deputado Gelson Sorgato** (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando o asfaltamento da estrada que liga a SC-462 à sede do município de Alto Bela Vista.

**Deputado Herneus de Nadal** (PMDB) ao Secretário da Agricultura, informações sobre quais as atividades que o Estado de Santa Catarina realizou para a operacionalização do Banco da Terra, no território catarinense

**Deputado Manoel Mota** (PMDB) ao Governador do Estado, indagando quais os critérios adotados pela Epagri e Cidasc na cedência de máquinas, por comodato, aos municípios da região da Amesc - Vale do Araranguá.

**Deputado Reno Caramori** (PPB) à bancada catarinense no Congresso Nacional, pedindo providências para assegurar recursos no Plano Plurianual da União para 2000/2003, para serem aplicados na pavimentação de trechos e restauração de viadutos na BR-282.

**Deputado Gelson Sorgato** (PMDB) ao Governador do Estado e ao Secretário da Casa Civil, solicitando medidas administrativas para viabilizar a doação do imóvel Santa Rosa III ao Incra, para assentamento de trabalhadores rurais no município de Abelardo Luz.

**Deputado Clésio Salvaro** (PFL) ao Ministro da Previdência e Assistência Social para criação e instalação de unidades avançadas do INSS nos municípios de Sombrio e Turvo.

## Benedet quer mais policiais em Criciúma

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB), solicita à Secretaria de Segurança Pública e o Comando Geral da Polícia Militar do Estado que destinem um efetivo maior de policiais para trabalhar em Criciúma. "Nos últimos meses, o nosso município tem sofrido muito com a falta de policiais nas ruas. Em alguns pontos da

cidade e até mesmo no centro já temos registro de violência contra o cidadão, o que raramente ocorria. Criciúma hoje é uma cidade sem segurança", constata.

Para sensibilizar o governo, o parlamentar encaminhou indicação ao Secretário de Segurança Pública, reivindicando contingente maior de policiais na cidade.

## Fundo penitenciário

A superlotação, a falta de segurança e as condições inadequadas para abrigar seres humanos, e a morosidade das autoridades na busca de soluções, motivaram o deputado Nilson Gonçalves (PFL) a buscar informações mais concretas da atuação governamental nesse caso.

O parlamentar fez um pedido de informações ao Governador do Estado, indagando se nos últimos quatro anos, bem como no

corrente ano, o Estado tem buscado e usado recursos do Fundo Penitenciário, criado pela Lei Complementar 79, de 07 de janeiro de 1994. Em caso positivo, quer saber quais os valores recebidos anualmente, onde foram aplicados e se existem sobras de recursos a serem aplicados. Se há penitenciárias em construção no Estado, qual a localização e ainda, se existem projetos para execução a médio e longo prazo.

## ESPECIAL

## Prodec é discutido em Audiência Pública

Através de proposição da deputada Ideli Salvati (PT), foi realizada Audiência Pública que discutiu o projeto do novo Prodec – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense. Estiveram presentes o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Paulo Gouvêa da Costa, o Presidente da Federação Catarinense de Municípios – Fecam, Antonio Zimmerman, o Presidente da CUT/SC, Valdeci José da Silva, deputados e prefeitos.

O programa que já existe há 10 anos foi criado com o objetivo de conceder incentivo fiscal à implantação ou expansão de empresas e armazéns de cooperativas agrícolas, com a condição de que produzam e gerem emprego e renda no Estado. Atualmente o Prodec é dividido em Prodec industrial, automotivo, têxtil e



Deputada Ideli preside Audiência Pública

agroindustrial. O projeto do governo que está na Comissão de Justiça da Alesc, transforma os atuais programas em um único instrumento de toda a política industrial para Santa Catarina e quer expandir e renovar tecnologicamente a indústria. Relatório da Secretaria afirma que desde a implantação do Prodec foram aprovados em

todo o Estado um total de 202 projetos, com 31.527 empregos e investimentos superiores a R\$ 2 bilhões.

Um dos questionamentos do encontro foi a geração de emprego através do Prodec. O presidente da CUT/SC afirma que não existe fiscalização para verificar se as empresas realmente estão criando esses empregos. “As empresas

beneficiadas ficam um determinado período sem recolher ICMS. Vencido o prazo, quando elas deveriam iniciar as contratações, muitas acabam não cumprindo o acordo”, afirma Valdeci da Silva.

A parcela devida aos municípios no recolhimento do ICMS foi outro aspecto polêmico do encontro. As prefeituras reclamam que os municípios estariam sendo prejudicados porque estão abrindo mão da parcela de 25% do ICMS gerado a partir de projetos de expansão aprovados pelo Prodec. “As prefeituras dizem que têm direito a receber a parcela; o governo contraria. Mas parecer do Tribunal de Contas de novembro de 98 diz que os municípios têm esse direito. Antes do novo projeto ser votado é preciso que haja uma grande discussão para que Santa Catarina não seja prejudicada”, concluiu a deputada.

## Knaesel abre V Seminário Catarinense de Desenvolvimento Regional

Marcada pela discussão a respeito da retomada do crescimento econômico de Santa Catarina, a abertura do V Seminário Catarinense de Desenvolvimento Regional

que aconteceu na última terça-feira (05) na Fiesc, contou com a presença do deputado Gilmar Knaesel (PPB), presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

No discurso, Knaesel ressaltou a necessidade urgente de ações que proporcionem a saída para a crise do setor produtivo catarinense e explicou o papel da Assembléia nessa busca de soluções. “Todos os quarenta deputados são parceiros de Santa Catarina para promovermos a remoção dos obstáculos na nossa legislação que impedem nosso desenvolvimento,” declarou o parlamentar. Mencionou o impacto da globalização sobre o setor produtivo agrícola e industrial catarinense, que ainda sofre com a concorrência, tanto no próprio

Mercosul quanto de países distantes como a China.

Como participação efetiva do Legislativo no esforço para a retomada do crescimento no Estado, o presidente Gilmar Knaesel citou a persistência dos deputados na defesa do Orçamento Regionalizado, caracterizando o projeto como “a forma mais democrática de desenvolvimento”. Knaesel falou ainda da criação do Parlamento do Sul - Parlasul, que une os Legislativos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, para que em bloco possam representar os interesses da região Sul nas grandes questões nacionais.

### Agenda

**Dia 07**, às 9:30 horas, Audiência Pública do Orçamento Estadual Regionalizado, em Lages.

Local: Associação Comercial e Industrial

**Dia 07**, às 9:30 horas, V Seminário Catarinense de Desenvolvimento Regional

Local: Plenário

**Dia 08**, às 9:30 horas, Audiência Pública do Orçamento Estadual Regionalizado, em Criciúma.

Local: Salão Ouro Negro